



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

**ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DAS EXCELENTÍSSIMAS  
DESEMBARGADORAS DO TRABALHO E DOS  
EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES DO TRABALHO  
AMARILDO CARLOS DE LIMA, QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE  
NIEVES GONZALEZ, NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI,  
MIRNA ULIANO BERTOLDI E ROBERTO BASILONE LEITE NOS  
CARGOS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, CORREGEDOR,  
OUVIDORA E DE OUVIDOR SUBSTITUTO, RESPECTIVAMENTE**

Às dezoito horas do dia primeiro do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, na sua sede, na Rua Esteves Júnior, número trezentos e noventa e cinco, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, reuniu-se em Sessão Solene o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JOSÉ ERNESTO MANZI, Presidente; presentes as Excelentíssimas Desembargadoras do Trabalho e os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho Marcos Vinicio Zanchetta, Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, Gracio Ricardo Barboza Petrone, Mari Eleda Migliorini, Maria de Lourdes Leiria, Amarildo Carlos de Lima, Teresa Regina Cotosky, Roberto Basilone Leite, Roberto Luiz Guglielmetto, Wanderley Godoy Junior, Hélio Bastida Lopes, Mirna Uliano Bertoldi, Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez, Nivaldo Stankiewicz, Narbal Antônio de Mendonça Fileti e Cesar Luiz Pasold Júnior e das Excelentíssimas Juízas Convocadas e dos Excelentíssimos Juízes Convocados Reinaldo Branco de Moraes, Hélio Henrique Garcia Romero, Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

e Karem Mirian Didoné e com a presença do Excelentíssimo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, Doutor Piero Rosa Menegazzi, e do Secretário-Geral Judiciário, Roberto Carlos de Almeida. Inicialmente, o Secretário-Geral Judiciário, cumprimentou todos os presentes e informou que o Egrégio Tribunal Pleno estava reunido naquele momento em sessão solene sob a presidência do Exmo. Desembargador do Trabalho JOSÉ ERNESTO MANZI para a posse dos Exmos. Desembargadores e das Exmas. Desembargadoras do Trabalho eleitos para o Biênio 2023 a 2025: AMARILDO CARLOS DE LIMA, no cargo de Presidente; QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ, no cargo de Vice-Presidente; NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI, no cargo de Corregedor-Regional; MIRNA ULIANO BERTOLDI, no cargo de Ouvidora e Ouvidora da Mulher; e ROBERTO BASILONE LEITE, no cargo de Ouvidor Substituto. Solicitou a todos que recebessem em pé as Exmas. Desembargadoras e os Exmos. Desembargadores do Trabalho e o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina. A seguir, de ordem do Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente, o Secretário-Geral Judiciário convidou para compor a mesa: o Senhor Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Doutor Alexandre Luiz Ramos, neste ato representando o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Senhor Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Doutor Dinart Francisco Machado, neste ato representando o Desembargador Presidente; o Senhor Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, Doutor Piero Rosa Megegazzi; e a Senhora Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, Doutora Cláudia da Silva Prudêncio. Registrou, ainda, que as autoridades presentes nesta



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

solenidade, serão nominadas após o pronunciamento do Exmo. Desembargador do Trabalho AMARILDO CARLOS DE LIMA. Prosseguindo, o Exmo. Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi, Presidente, declarou aberta a Sessão Solene destinada à posse das Exmas. Desembargadoras e dos Exmos. Desembargadores do Trabalho AMARILDO CARLOS DE LIMA, na Presidência; QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ, na Vice-Presidência; NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI, na Corregedoria; MIRNA ULIANO BERTOLDI, no cargo de Ouvidora e Ouvidora da Mulher; e ROBERTO BASILONE LEITE, no cargo de Ouvidor Substituto. Na sequência, o Exmo. Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi, Presidente, convidou os presentes para ouvir o Hino Nacional, que foi executado pela banda do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, regida pelo maestro 1º Sargento Marcelo Menezes. Após a execução do Hino Nacional, o Exmo. Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi, Presidente, assim se pronunciou: “Quero saudar o Ministro Alexandre Luíz Ramos que um dia compôs essa corte que agora nos honra no Tribunal Superior do Trabalho, saudar também Dr. Dinart Francisco Machado que foi Juiz de Direito em São Miguel na época que era Juiz do Trabalho lá, e que agora está representando o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, muito nos honrando a presença de V.Exa. Saúdo o Desembargador Nivaldo Stankiewicz e na pessoa dele eu quero cumprimentar todos os magistrados deste tribunal. Saudar o Dr. Piero Menegazzi o nosso Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho que junto com a advocacia são as instituições que fazem o judiciário se movimentar para dizer a justiça e a magistratura em pé. E finalmente a minha amiga Dra. Cláudia da Silva Prudêncio, primeira mulher a ocupar o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

cargo de presidente da gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Santa Catarina, e que também nos honra aqui com a sua presença. E na pessoa dos quais então cumprimento às demais autoridades, Senhoras, Senhores, advogados, familiares, servidoras, servidores. Bem, a democracia exige eleição e alternância nos cargos, ela não é apenas salutar, nela reside a essência do próprio Estado Democrático de Direito e do princípio Republicano. Em algum grau, isso permite que minha vocação primeira, a de julgar, seja retomada. Volto para a bancada curioso pelos novos desafios que me serão propostos e que retratam os novos palcos de distensão. Por outro lado, a Corte ganhará com energia redobrada dos seus novos dirigentes prontos para entregarem o melhor de si em prol da instituição. No momento em que devolvo a presidência e o termo é devolver porque recebi e temporariamente para exercer na confiança a função e agora estou recolocando de volta e o faço com muita alegria na pessoa do meu caríssimo amigo Desembargador Amarildo. Permito-me apenas fazer uma pequena prestação de contas para demonstrar aos que me elegeram que busquei corresponder à confiança depositada e também um momento de formular votos de gratidão, ciente de que se algo fiz de proveitoso e útil nada teria feito não fosse o apoio dos meus pares e da minha valiosa equipe. Aliás, foi a escolha dos que participariam do meu projeto que definiu seu desfecho. Entrei na presidência tomado pelo grande entusiasmo e busquei apenas pessoas entusiasmadas para me auxiliarem na empreitada. Eu não queria ninguém que estivesse interessado apenas na comissão, repetia sempre isso, eu queria gente que estivesse realmente sonhando comigo tentar fazer a diferença, fazer algo novo. O meu temor nesse momento em que desfrutamos das instalações da parte mais visível do que



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

fizemos que é esse Plenário é deixar a impressão que a nossa administração se resumiu a isso, ou se resumiu a obras, embora tenhamos colocado como ponto destacado dar mais conforto e funcionalidade a nossos ambientes. E foram outras obras também, reformamos a Vara de Videira que foi quase praticamente consumida por incêndio, reformamos Indaial, Concórdia, São Miguel d'Oeste, Joinville, Balneário Camboriú, Brusque, São Bento, Fraiburgo estamos instalando um painel fotovoltaico até o final do ano e será um diferencial e uma referência Nacional, Rio do Sul e também fizemos um projeto de adequação do prédio de Blumenau, da Beira Rio. Na capital, além da adequação e modernização do plenário, reforma total do gabinete da presidência e de dois gabinetes de Desembargador para funcionar como modelo. Reformamos as fachadas dos edifícios anexo 2 e anexo 1. Fornecemos novas instalações para a OAB e parece que contentaram a advocacia. Reativamos o labnova, e ficou bonito não ficou Dra. Mari? Readequamos os espaços do foro da Capital com deslocamento de áreas administrativas para espaços ociosos e liberação de espaço do prédio sédio para aumento do gabinete. Conseguimos elaborar um projeto e aprovar Araranguá e Tubarão. Tubarão que estava há décadas esperando uma solução e teve projeto bloqueado pelo Conselho em mais de uma oportunidade. Não só aprovou o nosso projeto como adotou como um modelo a ser utilizado por outras varas pelo sistema construtivo muito mais barato e muito mais eficiente em termos energéticos e de durabilidade. Temos ainda nesse prédio depois do incêndio da OAB, e aprendemos mais uma vez com a advocacia, um sistema mais moderno de alarme de incêndio, trocamos tudo. Já deixamos engatilhado no SPU um novo terreno para Jaraguá do Sul. Estamos quase completando esse também. Projetamos novos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

mobiliários para os gabinetes dos desembargadores. Isso foi essencial, adotamos um sistema de zeladoria. Agora, não vamos mais ficar aguardando que nos sejam informados problemas nos prédios dos foros. Nos anteciparemos com visitas regulares, controles regulares, de forma habitual a ir nos antecipando aos problemas. Fizemos aqui nesse Pleno, compramos um sistema de software de escaneamento que hoje permite um escaneamento 3D, que vai ser utilizado em todas as obras do Tribunal, de modo que se esse microfone hoje falhasse, o sistema diria exatamente em que ponto que está passando o fio e até onde ele vai, para que seja consertado exatamente. Ninguém mais precisa abrir tetos e pisos, embora nós estejamos num piso elevado exatamente para que sejam retirados módulos para consertos. Na esteira da agenda 2030, cinco veículos Toyota híbridos que fazem quase 20 Km por litro de combustível. Nós tínhamos carros aqui com 6 anos de uso já e quando houve um acidente de trânsito em que pediram R\$ 10.000,00 por um retrovisor, aquilo me preocupou terrivelmente e disse está na hora de nós pensarmos em veículos na garantia e veículos que ainda estejam em fabricação, sem contar que os veículos anteriores tinham dois airbags, os atuais tem sete airbags, quer dizer, nós estamos dando muito mais segurança para os nossos magistrados e servidores. Nos cargos, isso aqui a parte humana sempre foi a minha a minha preferência, o meu objetivo principal, fiz questão, está aqui o nosso Diretor-Geral, na medida do possível de estar presente na posse de qualquer servidor, se eu estivesse na casa e não estivesse empenhado em outra atividade eu fazia questão de estar presente na posse de servidor, conhecê-lo, se eu não estivesse e não fosse possível estar presente, pedia que ele fosse levado ao gabinete para conhecê-lo, para realmente



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

valorizar os servidores. O quê que nós fizemos em termos de pessoal. Dois novos desembargadores entraram na minha gestão e eu acho que eles podem atestar que os processos foram os mais rápidos que foi possível fazer. Está aqui o futuro Desembargador também Reinaldo que pode atestar que foi muito, muito rápido nós fazemos. Esse é o nosso objetivo. Em 2022 nomeamos 26 servidores de concurso, em 2023 133 novos cargos. O nosso Tribunal é o terceiro do Brasil em nomeações, graças às gestões junto ao Conselho etc... Conseguimos comover o Conselho que a nossa situação era realmente ruim e nós conseguimos receber o número de servidores muito maior que tribunais grandes. Em 2022 nós tínhamos 238 CJ, hoje estou entregando o tribunal com 381 CJ, quer dizer, nós também demos aí um grande up nas carreiras dos servidores. Nós tínhamos 1089 FCs. Estou devolvendo com 1211 FCs, ou seja, 11.20% a mais. instalamos um Cejusc para cada foro e Cejusc digital em Varas isoladas, com destinação de 14 cargos CJ1 para provê-los. Criamos 63 cargos em comissão CJ1 para as Varas do Trabalho, para os juízes de primeiro grau. Então, agora nós pagamos uma antiga dívida com o primeiro grau e podemos dizer que o nosso tribunal tem uma das melhores estruturas que a magistratura pode contar. Criamos as 14 CALEX, incrementamos 14 cargos também CJ além de um setor administrativo FC4 e transformamos as antigas FC4 em FC5. Em segundo grau nós dotamos todos os gabinetes de desembargador com CJ1 e mais um FC5, que também deu um diferencial na prestação jurisdicional. Ouvidoria, Dra. Quézia atendemos no que foi possível, concedemos CJ1, concedemos pessoal, a Dra. Quézia ia três vezes por dia pedir coisas, mas pelo menos umas três coisas durante os anos nós conseguimos atender. Unificamos a EJUD com a educação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

corporativa, criamos duas divisões e uma secretaria CJ3, quer dizer, também modificou totalmente a Escola Judicial que agora tem uma estrutura robusta. Vinculamos a SETIC à presidência, que era uma determinação do Conselho Superior, e destinamos 5 CJ1 para SETIC, porque hoje os nossos processos judiciais dependem disso. Fora isso, beneficiamos a Secretaria de Execução e Precatórios com CJ2, homologação de sistemas judiciais vinculantes com CJ1. Criamos o CEJUSC de segundo grau, uma divisão de gerenciamento de precedente ação coletiva, cada um com CJ1. Criamos duas divisões vinculadas à auditoria, cada uma com CJ1 também. Transformamos a polícia judicial em secretaria com CJ3 e duas divisões CJ1, hoje nós temos uma das polícias judiciais mais bem estruturadas do Brasil, os outros tribunais estão nos pedindo o modelo porque esse é o modelo adotado pelo CNJ e que ele quer ver implantado em todos os tribunais. Criamos uma Coordenação de Gestão Documental e Memória CJ2, que está convertendo nossos processos físicos e digitais liberando espaços nas Varas. Para vocês terem uma ideia, as Varas de Balneário Camboriú tinha uma área enorme, nós pagamos R\$ 25.000,00 por mês de aluguel. Eu acredito que uns R\$ 10.000,00 pelo menos nós estávamos pagando em área para manter processos físicos, é isso que nós colocamos com objetivo acabar, vamos transformar em digital, vamos reduzir os espaços porque damos mais conforto para os nossos servidores, reduzimos inclusive problemas de saúde, porque esses processos, espanta-me Desembargador Narbal, cada vez que eu vou a Tubarão e vejo aqueles processos eu me apavoro. Criamos uma Governança de Gestão Estratégia e Inovação uma CJ2, uma divisão na SECOM com uma CJ1, também nisso a Camila não pode reclamar. Uma Governança de Obras e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Projetos. Então, acho que é possível ver que nós demos um amplo e privilegiado apoio ao primeiro grau de jurisdição, o que nos tornou amargos muitas críticas que nos foram feitas durante a gestão e que nós entendemos injustas, porque nos preocupávamos e muito com o primeiro grau, nós reconhecemos que a jurisdição é prestada principalmente em primeiro grau, pelo menos a jurisdição que é visível ao destinatário final. Então, ela tem que ser privilegiada e nós fizemos isso, de tudo o que foi possível fazer nós fizemos, perdemos tempo e esforços, mas, o administrador tem que ter uma visão macro. Então, essa visão macro muitas vezes faz com que nós desagrademos alguns, agrademos outros ou desagrademos, em parte, a todos. Isso evidentemente provoca críticas, mas, nem sempre as críticas são justas, nós ficávamos aqui 10, 12 horas por dia, o primeiro motorista me trazia no início do expediente dele e o segundo motorista me levava no final do expediente, e assim era a minha equipe. Quando eu saía estava ainda lá Carlos, Cristina, Andreia e Clemair. Estavam todos lá ainda, deixava eles por lá, dando graças a Deus que eu fui embora. Algumas realizações notáveis, reconhecimento de qualidade. Tivemos um prêmio CNJ de qualidade, não no nível diamante Desembargadora Leiria, reconheço que não conseguimos esse feito, mas, o nosso selo foi bastante bom também, e refletiu nosso compromisso com a eficiência, gestão e organização de dados, somos um tribunal de excelência e qualidade. Aprimoração da jurisdição trabalhista, para mim a grande vitória foi a inauguração da Vara de Itapema, que hoje já é a terceira do Estado em número de processos, quer dizer, era uma demanda reprimida violentíssima. Muita gente não entrava com ação porque era longe, porque era demorado, então, a justiça não chegava onde ela era necessária. O



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

nosso grande projeto de equalização das cargas de trabalho. Esse foi doído, porque realmente nós, e sabe bem o Ministro Alexandre Ramos, tínhamos feito aqui, preconizado uma divisão do trabalho, de forma que as varas com menos processos recebessem processos de varas assoberbadas, de modo que todos tivessem uma duração razoável do processo e todos os juízes e servidores tivessem a mesma carga de trabalho. Mas, não foi esse o entendimento da Senhora Corregedora-Geral que suspendeu a aplicação. Nós ainda temos esperança de que isso avance e será, acredito eu, um modelo que será adotado pelo CNJ. Juízo 100% digital. Hoje nós temos 100.000 processos tramitando. Nós somos um dos tribunais do Brasil que mais adotou esse sistema. Temos também uma liderança em conciliação e aqui eu quero parabenizar os juízes de primeiro grau, porque se a função do juiz é fazer com que a paz social seja recuperada, nenhuma forma melhor de recuperação do que a conciliação. Também na gestão de precatórios, nós pagamos aí em 2022 65 milhões de Reais e em 2023, em 9 meses, 55 milhões. Pouca gente consegue resistir ao japonês ali, a gente sempre fica na dúvida se é o mesmo japonês, mas ninguém consegue resistir. Inovação e estratégia, nós retomamos o programa de inovação, integrando o laboratório de inovação a SEGEST, o que trouxe sinergia entre inovação e planejamento estratégico pavimentando o caminho importante para o futuro do nosso tribunal. Fizemos um grande evento de inovação, o INOVA JT summit 23, que reuniu todos os laboratórios da justiça do trabalho. Aqui eu quero deixar expresso o entusiasmo da Desembargadora Mari, que os olhos brilhavam quando falava nisso e não tinha como não nos contagiar. Circuito Inova no campo da Inovação, ainda o Inova mais, que em 231 dias realizou mais de 20 atividades de fomento à cultura de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

inovação. Participação de mais de 400 atletas de inovação, 43 magistrados, 436 servidores e 25 propostas de projetos inovadores. Melhoramos as estruturas organizacionais, e aqui eu quero voltar a ressaltar que 65% dos recursos que nós recebemos para CJs e FCs foram disponibilizados para o primeiro grau. Isso resultou nas CALEX e nos SEJUSC, quer dizer nós estamos muito preocupados, manifestamos essa nossa preocupação com o primeiro grau e temos certeza que foi um ótimo investimento. No campo da automatização e da tecnologia, a automatização de rotinas, a implantação de um robô, o gael, para automatizar rotinas relacionadas a alvarás eletrônicos, economizando tempos e recursos humanos. O sistema Véritas. Aprimoramos o sistema Véritas para tratamentos de dados de geolocalização. Desembargador, a nossa equipe criou um sistema que permite através da análise telefônica dizer: 'esse imóvel não é bem de família porque o Senhor trabalha nesse endereço e mora nesse endereço'. Isso um sistema que transforma num mapa, facilmente verificável, ao invés de relatórios e relatórios. Então, imaginem o salto que isso deu, a quantidade de tribunais e outros órgãos que têm pedido o nosso sistema. Criamos um sistema Argos, também com a condução do Labnova, numa parceria inédita com TRT2, uma ferramenta para otimizar o processo de trabalho e economizar recursos na fase de execução, que é o nosso calcanhar de Aquiles. Na área da segurança institucional, vocês podem ver, hoje nós temos uma polícia judicial, não temos mais uma segurança judiciária. Eu gosto sempre de insistir nisso, não tem juiz independente quando o juiz teme por sua segurança, por sua vida, etc... Então, é indispensável para a independência do juiz que haja segurança e hoje nós temos uma polícia especializada, nós não estamos tirando lá um agente de Polícia Federal, um



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

delegado de Polícia Federal, por exemplo, para fazer uma escolta de um magistrado. Nós temos policiais especializados, equipados, armados para realizar essa atividade. Também na sustentabilidade com a Dra. Ângela, não sei se já chegou, estava chegando, nós conseguimos um terceiro lugar de desempenho no CNJ. Então, refletindo o nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental. Aliás, ela estava em Belém até ontem participando de um evento exatamente, ela ia tentar chegar, mas é esse que é o tema. Na Vice-Presidência, eu quero aqui fazer minha homenagem ao Desembargador Godoy, que num feito inédito conseguiu, através de cooperação judicial com o TJ, um acordo que resolveu um problema do lixo aqui em Florianópolis. Mostrando que é possível tratar questões trabalhistas e também questões civis, sentados à mesma mesa, cada um com a sua expertise e o apoio da OAB. Ele realizou também, além de integrar o CONEMATRA, que reúne todas as escolas judiciais, se tornou Vice-Presidente desse órgão e conseguiu trazer para cá o primeiro encontro das Escolas do Sul, em parceria, além de sediar o próprio CONEMATRA em junho de 2022. Fez ainda vários eventos, o Ministro nos honrou em alguns deles, Imbituba, Itajaí, fazendo com que a comunidade acadêmica disperte sobre determinados temas que são caros para o jurisdicionado trabalhista. Corregedor Nivaldo, também aqui a minha homenagem a ele, conseguiu manter os trabalhos em dia, com diálogo franco, amigo, porém firme com os colegas, obtendo colaboração para solução de eventuais problemas e impasses. Desembargador Nivaldo conversa mas ele fala alto! Bom, para finalizar eu quero deixar aqui a minha gratidão a todos os servidores que sustentaram a minha administração, mencionei vários nomes na inauguração do Pleno e haveria muitos outros a mencionar, mas seria



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

cansativo. Terminei apenas sanando uma omissão grave, não ter falado na SECOM, e a Camila já reclamou, que cuidou da imagem do Tribunal nesses dois anos. Eu dei a ela o norte de colocar os holofotes sobre a instituição e não sobre mim, e ela fez isso de forma solene e constante. Sempre é o Tribunal, porque passamos, estou passando daqui a pouco o poder que me foi confiado. Quero agradecer a minha família, pedir desculpas aos colegas e servidores, porque sei que falhei com todos, porque quando a gente quer abraçar muita coisa ao mesmo tempo a gente não dá conta de tudo. Quero desejar aos novos dirigentes que Deus os inspire e os faça usar seus notórios talentos para o bem da corte da magistratura dos servidores e principalmente dos jurisdicionados. É com a sensação de dever cumprido, falando por mim, acredito falando também pelo Senhor Vice-Presidente, pelo Senhor Corregedor e pela Senhora Ouvidora que me despeço e desejo aos meus sucessores êxito redobrado. Obrigado.”

Prosseguindo, o Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente, convidou o Exmo. Desembargador do Trabalho AMARILDO CARLOS DE LIMA para prestar o compromisso do seu cargo, que assim o fez: “Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República”. Prosseguindo, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi, Presidente, solicitou ao Secretário-Geral Judiciário que procedesse à leitura do Termo de Compromisso e Posse do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AMARILDO CARLOS DE LIMA no cargo de Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, conforme segue: “Termo de Compromisso e Posse do Excelentíssimo Desembargador AMARILDO CARLOS DE



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

LIMA no cargo de Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023, na Sala de Sessões deste Tribunal, sito na Rua Esteves Júnior nº 395, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante o Egrégio Tribunal Pleno, reunido em sessão solene, o Excelentíssimo Desembargador AMARILDO CARLOS DE LIMA prestou o seguinte compromisso: 'Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.' Neste ato, toma posse e assume o exercício do cargo para o qual foi eleito, na forma do artigo onze do Regimento Interno deste Tribunal. Autorizou o acesso aos dados de bens e rendas na forma da Instrução Normativa nº 87/2020, do Tribunal de Contas da União. E, para constar, eu, Roberto Carlos de Almeida, Secretário-Geral Judiciário, subscrevi o presente termo que vai assinado pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho empossante e pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho empossado." Colhidas as assinaturas no respectivo Termo de Compromisso e Posse, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi cumprimentou o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AMARILDO CARLOS DE LIMA, transmitindo-lhe, neste ato, o cargo de Presidente; a presidência do CONSELHO DA ORDEM CATARINENSE DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO, em conformidade com o art. 3º do Regulamento da Ordem; e, ainda, o Grão-Colar, previsto no inciso I do art. 3º da Resolução Administrativa nº 016/2023 deste Regional. Ato contínuo, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AMARILDO CARLOS DE LIMA, Presidente, passou a presidir a Sessão Solene e convidou a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho QUÉZIA DE



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ para prestar o compromisso do seu cargo, que assim o fez: “Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República”. Prosseguindo, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, solicitou ao Secretário-Geral Judiciário para proceder à leitura do Termo de Compromisso e Posse da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ no cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, conforme segue: “Termo de Compromisso e Posse da Excelentíssima Desembargadora QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ no cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023, na Sala de Sessões deste Tribunal, sito na Rua Esteves Júnior nº 395, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante o Egrégio Tribunal Pleno, reunido em sessão solene, a Excelentíssima Desembargadora QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ prestou o seguinte compromisso: ‘Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.’ Neste ato, toma posse e assume o exercício do cargo para o qual foi eleita, na forma do artigo onze do Regimento Interno deste Tribunal. Autorizou o acesso aos dados de bens e rendas na forma da Instrução Normativa nº 87/2020, do Tribunal de Contas da União. E, para constar, eu, Roberto Carlos de Almeida, Secretário-Geral Judiciário, subscrevi o presente termo que vai assinado pelo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Excelentíssimo Desembargador do Trabalho empossante e pela Excelentíssima Desembargadora do Trabalho empossada.” A seguir, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, convidou o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI, para prestar o seu compromisso, que assim o fez: “Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República”. Prosseguindo, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, solicitou ao Secretário-Geral Judiciário para proceder à leitura do Termo de Compromisso e Posse do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI no cargo de Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, conforme segue: “Termo de Compromisso e Posse do Excelentíssimo Desembargador NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI no cargo de Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023, na Sala de Sessões deste Tribunal, sito na Rua Esteves Júnior nº 395, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante o egrégio Tribunal Pleno, reunido em sessão solene, o Excelentíssimo Desembargador NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI prestou o seguinte compromisso: ‘Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.’ Neste ato, toma posse e assume o exercício do cargo para o qual foi eleito, na forma do artigo onze do Regimento Interno deste



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Tribunal. Autorizou o acesso aos dados de bens e rendas na forma da Instrução Normativa nº 87/2020, do Tribunal de Contas da União. E, para constar, eu, Roberto Carlos de Almeida, Secretário-Geral Judiciário, subscrevi o presente termo que vai assinado pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho empossante e pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho empossado.” Prosseguindo, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente; convidou a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho MIRNA ULIANO BERTOLDI para prestar compromisso dos seus cargos, que assim o fez: “Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres dos cargos de Ouvidora e Ouvidora da Mulher do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.” Prosseguindo, o Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente, solicitou ao Secretário-Geral Judiciário que procedesse à leitura do Termo de Compromisso e Posse da Exma. Desembargadora do Trabalho MIRNA ULIANO BERTOLDI no cargo de Ouvidora e Ouvidora da Mulher do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, conforme segue: “Termo de Compromisso e Posse da Excelentíssima Desembargadora MIRNA ULIANO BERTOLDI nos cargos de Ouvidora e Ouvidora da Mulher do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023, na Sala de Sessões deste Tribunal, sito na Rua Esteves Júnior nº 395, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante o Egrégio Tribunal Pleno, reunido em sessão solene, a Excelentíssima Desembargadora MIRNA ULIANO BERTOLDI prestou o seguinte compromisso: ‘Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres dos cargos de Ouvidora e Ouvidora da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Mulher do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.’ Neste ato, toma posse e assume o exercício dos cargos para os quais foi eleita, na forma do art. 34 do Regimento Interno deste Tribunal. Autorizou o acesso aos dados de bens e rendas na forma da Instrução Normativa nº 87/2020, do Tribunal de Contas da União. E, para constar, eu, Roberto Carlos de Almeida, Secretário-Geral Judiciário, subscrevi o presente termo que vai assinado pelo Exmo. Desembargador do Trabalho empossante e pela Exma. Desembargadora do Trabalho empossada.” Na sequência, o Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente convidou o Exmo. Desembargador do Trabalho ROBERTO BASILONE LEITE para prestar o compromisso do seu cargo, que assim o fez: “Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Ouvidor Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.” A seguir, o Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente solicitou ao Secretário-Geral Judiciário que procedesse à leitura do Termo de Compromisso e Posse do Exmo. Desembargador do Trabalho Roberto Basilone Leite, conforme segue: “Termo de Compromisso e Posse do Excelentíssimo Desembargador ROBERTO BASILONE LEITE no cargo de Ouvidor Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023, na Sala de Sessões deste Tribunal, sito na Rua Esteves Júnior nº 395, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante o egrégio Tribunal Pleno, reunido em sessão solene, o Excelentíssimo Desembargador ROBERTO BASILONE LEITE prestou o seguinte compromisso: ‘Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Ouvidor Substituto do Tribunal Regional



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

do Trabalho da 12ª Região, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República.’ Neste ato, toma posse e assume o exercício do cargo para o qual foi eleito, na forma do art. 34 do Regimento Interno deste Tribunal. Autorizou o acesso aos dados de bens e rendas na forma da Instrução Normativa nº 87/2020, do Tribunal de Contas da União. E, para constar, eu, Roberto Carlos de Almeida, Secretário-Geral Judiciário, subscrevi o presente termo que vai assinado pelo Excelentíssimo Desembargador do trabalho empossante e pelo Exmo. Desembargador do Trabalho empossado”. Na sequência, foi executada a música “Carinhoso”, composição de Pixinguinha, arranjo do Maestro Duda, solo do Soldado Keller acompanhado pela Banda do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, regida pelo Maestro 1º Sargento Marcelo Menezes. Prosseguindo na Sessão Solene, o Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, concedeu a palavra ao Exmo. Desembargador do Trabalho NIVALDO STANKIEWICZ para falar em nome do Tribunal, que assim se pronunciou: “Obrigado Presidente. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o meu dileto amigo, Alexandre Luiz Ramos, representando o Tribunal Superior do Trabalho. Gostaria de cumprimentar também ao nosso Presidente empossado, Amarildo Carlos de Lima, e em seu nome, gostaria de cumprimentar a todos os servidores da 12ª Região. Saudar o meu dileto amigo também, o Desembargador Dinart Francisco Machado, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Cumprimentar a Doutora Cláudia da Silva Prudêncio e em seu nome gostaria de cumprimentar toda a advocacia Catarinense. Cumprimentar o Doutor Piero Rosa Menegazzi e em seu nome cumprimentar a todos os membros do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina e quero também fazer



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

uma saudação especial ao Doutor Elton Antônio Salles Filho e em seu nome quero cumprimentar a todos os Juízes de Primeiro Grau de Santa Catarina com quem tive a honra de nestes últimos dois anos de trabalhar e trabalhar muito para que a nossa prestação jurisdicional fosse de forma adequada e acho que conseguimos. Senhor Presidente, registro aqui, inicialmente, o meu agradecimento pelo honroso convite para falar em nome da Corte neste dia tão especial e inicio fazendo um reconhecimento ao excelente trabalho realizado pelos colegas que, juntamente comigo, encerram seus mandatos na administração do Tribunal: Desembargador José Ernesto Manzi, como Presidente deste Tribunal e Wanderley Godoy Junior, como Vice-Presidente e Diretor da Escola Judicial. Estou tendo a honra e o privilégio de apresentar à sociedade catarinense os novos gestores e ouvidores do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. O nosso Presidente, ora empossado, grande amigo de longa data, digamos assim, nasceu em Ponta Grossa/PR, sendo 12º filho de uma família de 13 irmãos. De 1964 a 1972 morou na pequena cidade de Rebouças, no Paraná, onde iniciou sua vida escolar (próxima da importante cidade de Mallet, nesse local se originaram as qualidades do Desembargador). Retornou à terra natal aos 9 ou 10 anos e com dois dos irmãos mais velhos e mais engenhosos, fabricavam os próprios brinquedos: carrinhos, motocicletas, chamadas de motocas de madeira, metal e borracha. Era um luxo, tinha até freio! Ao se deparar com a infância atual, O desembargador Amarildo pensa com seus botões: hoje quando vejo meninos de 4 ou 5 anos com camisas de times estrangeiros e que custam centenas de dólares, apenas fico rindo: eles nunca vão saber o que é construir os próprios brinquedos e engendrar a camisa do time do coração. Nunca entenderão, mesmo porque paixão não se



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

explica! Inclusive a paixão pelo trabalho. Sem nunca deixar as responsabilidades de lado, principalmente da escola, a prática dos esportes sempre foi um diferencial para o Desembargador, e, com ele, o senso de disciplina, tenacidade e espírito de equipe. Com a copa de 70 e seus lendários e inesquecíveis jogadores surge a paixão pelo futebol e a questionável torcida pelo Corinthians (opção esta que parece tê-lo condenado a um sofrimento sem fim, lamentável, mas isso acontece). No futebol, a paixão agora é dividida com o time da cidade, Operário Ferroviário, o glorioso Fantasma de Vila Oficinas, afinal vivendo numa família de ferroviários, nem fazia sentido em pensar diferente. Até hoje, segundo alguns amigos mais próximos “Juiz em Santa Catarina e Operário no Paraná!”. Com muitos amigos, o que é próprio de uma juventude saudável, adorava imitações, principalmente personagens do Chico Anísio, o que rendeu muitos apelidos ligados ao mundo do humor e personagens da mídia televisiva. O trabalho formal iniciou aos 15 anos. E, conforme ponderou o próprio Desembargador Amarildo, se dizem que a vida começa aos 40 anos, no caso começou um pouco mais cedo, e, felizmente, nunca parou. Graduou-se em direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pós-graduado em Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito de Joinville; também possui Mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Exerceu advocacia e de 1987 a 1990 foi servidor da então Junta de Conciliação e Julgamento de Mafra, tendo trabalhado como escriturário, oficial de justiça e contador. Foi nesse período que tive o privilégio de conhecer V. Exa. quando fizemos juntos o curso da AMATRA-IX em Curitiba-Paraná. Digno de nota é que para fazer esse curso o Desembargador Amarildo se deslocava diariamente de ônibus de Mafra para Curitiba. Em 1990,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

passou no concurso para juiz do trabalho substituto em Santa Catarina, tendo sido promovido a juiz titular em 1993. Morou por 13 anos em Joinville e em 2003 transferiu residência para Florianópolis. Em 16 de fevereiro de 2012, foi promovido ao cargo de Desembargador, ocupando vaga decorrente da aposentadoria de Sandra Márcia Wambier. Foi gestor regional do Programa Trabalho Seguro no biênio 2014/2015 e, desde 2015, coordena o Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em Santa Catarina. No biênio 2020/2021, exerceu o cargo de corregedor do TRT-SC. Tem várias obras jurídicas publicadas, com destaque para os livros: A Ação Civil Pública e sua aplicação no Processo do Trabalho e a Aferição do Assédio Moral nas Relações de Trabalho, todos da editora Ltr. Foi professor de Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito de Joinville – ACE e Universidade da Região de Joinville e professor de Direito Processual do Trabalho da Faculdade CESUSC. Filho de Claudionor de Lima (Seu Lima) e Maria Francisca Rocha de Lima, que hoje, lá de cima, estão com toda a certeza olhando e orgulhosos do filho. Seu Lima, que eu tive o prazer de conhecê-lo, dizia que em Mallet ele construiu uma casa, na época em que ainda existia rede ferroviária Federal; e eu disse: '- eu conheço a casa'; e eu fotografei e mandei para o meu amigo Amarildo. E essa lembrança existe até hoje. Quem tiver curiosidade pode ir a Mallet que vai conhecer a casa construída pelo Senhor Lima, pai do Doutor Amarildo. É casado com a minha amiga Roseli Nusda de Lima, que até hoje eu não sei se dia dezesseis de agosto é São Roque ou São Joaquim, mas um dia a gente vai chegar a essa conclusão, Dona Rose. Tendo como Filho Edsel Nusda de Lima, casado com Juliana Siementcosky e Filha Milaine Nusda de Lima, casada com Erik Henel Ribeiro do Valle,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

família que aumentou com a chegada do Neto Otto Ribeiro do Valle. Nossa nova Vice-Presidente Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez é natural de Florianópolis-SC. Formada em Direito pela UFSC, possui especialização em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa. Analista processual do Ministério Público do Trabalho desde 1996 e Procuradora do Trabalho desde 1999. Foi Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho de 2017 a 2019. Foi nomeada para exercer o cargo de Desembargadora da Justiça do Trabalho de Santa Catarina após a aposentadoria da Desembargadora Viviane Colucci, passando a ocupar a vaga reservada a membros do Ministério Público pelo quinto constitucional, tomou posse em 24 de maio de 2019. Ouvidora até esta data, tomou posse no cargo de Ouvidora em 6 de dezembro de 2021 para um mandato de dois anos. Filha de Célio João Duarte e Benta de Araújo Duarte, é casada com José Nieves Gonzalez. Possui dois filhos, Raísa Duarte de Aguiar e Ian Duarte de Aguiar e dois enteados: José Eduardo Nieves Gonzalez e Marcos Vinícios Nieves Gonzalez. O nosso novo Corregedor-Regional, NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI, é Natural de Tubarão (SC). É formado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), onde também se especializou em Teoria e Análise Econômicas e Dogmática Jurídica; é mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Ingressou como servidor na Justiça do Trabalho, no TRT da 12ª Região, em 1987; tomou posse como Juiz do Trabalho, também neste Tribunal, em 1993. Em 1998 foi promovido pelo critério de merecimento para o cargo de Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Xanxerê, sendo removido a pedido na mesma oportunidade para igual cargo na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma. Foi



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

removido a pedido para a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Tubarão em 2002, onde permaneceu por 20 anos. Em 2022 foi promovido ao cargo de Desembargador do Trabalho pelo critério de merecimento. Foi Gestor Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do TRT da 12ª Região até esta data. Foi Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (AMATRA 12) por três mandatos e diretor da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) por cinco mandatos. Narbal Fileti possui uma carreira acadêmica ativa, com publicação de diversos artigos e livros jurídicos, além de ter lecionado durante 29 anos no Curso de Direito da UNISUL (campus Tubarão). Atualmente, é professor-convidado em cursos de pós-graduação lato sensu. É Casado com Sandra Fileti e pai de Maria Eduarda Fileti e Otávio Fileti. Nossa nova Ouvidora, Desembargadora Mirna Uliano Bertoldi, é natural de Timbó (SC). A magistrada trilhou toda sua carreira jurídica neste Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Em 1986, ingressou no primeiro concurso promovido pelo Tribunal para o cargo de auxiliar judiciário. Em 1993, tomou posse como juíza substituta e, cinco anos depois, foi promovida a titular da 2ª Vara do Trabalho de Criciúma. Ao longo dos 25 anos de magistratura, atuou nas cidades de São Bento do Sul, Blumenau, Timbó, São José e Florianópolis. Foi promovida por merecimento ao cargo de Desembargadora e tomou posse em 24 de agosto de 2018, ocupando vaga decorrente da nomeação de Alexandre Luiz Ramos para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e grande orgulho Catarinense. Nosso novo Ouvidor Substituto, Roberto Basilone Leite é Desembargador do Trabalho, escritor, músico e compositor; e de qualidade! Membro da Academia de Letras do Brasil de Santa Catarina (Florianópolis). Nasceu em



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Sorocaba, São Paulo. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba. Mestre e doutor em Filosofia e Teoria do Direito pela UFSC. Advogado em São Paulo até 1992, quando assumiu o cargo de Juiz do Trabalho em Santa Catarina. Atualmente Desembargador do TRT/SC, onde atuou como Vice-Presidente, Ouvidor e Diretor da Escola Judicial. Presidente da Comissão de Uniformização da Jurisprudência e Membro do Conselho Pedagógico da Escola Judicial do TRT/SC. Autor de livros e artigos na área do Direito e da Filosofia do Direito, monografias premiadas em concursos nacionais, músicas e poemas publicados. Caros empossados, Vossas Excelências assumem a responsabilidade de dirigir nosso Tribunal em um momento cheio de desafios, a exemplo do que tem sido os anos recentes. Embora do ponto de vista territorial seja relativamente pequeno comparado aos demais estados da federação, o Estado de Santa Catarina apresenta um dos melhores IDHs do país, uma distribuição populacional equilibrada e um parque industrial e tecnológico diversificado. Por mais que as dificuldades existam e exijam enfrentamento, nossa compreensão da realidade deve incorporar otimismo e esperança. Isso porque objetivamente, não obstante as adversidades, constata-se uma melhora nas condições de trabalho e do emprego e um compromisso indiscutível da Justiça do Trabalho com os jurisdicionados que repercutem no sustento do trabalhador, na sua dignidade e de sua família. Especificamente, ressalto que a atividade administrativa do TRT é o que dá sustentação às ações institucionais, embora a visibilidade maior seja da atuação jurídica (e não poderia ser diferente dadas as funções constitucionais da Justiça do Trabalho). Nesse sentido, mesmo tendo havido relativa melhora em relação aos anos anteriores, os recursos orçamentários continuam limitados, o que impacta e restringe



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

as possibilidade de atuação. Outra restrição importante é que, embora no ano de 2023 tenha sido autorizado pelo CSJT o ingresso de número expressivo de novos servidores, ainda há um saldo importante de cargos de servidores decorrente de aposentadorias que ainda não foram repostos. Também não houve reposição integral das vagas decorrentes da aposentadoria de magistrados. Tal situação impacta significativamente na atividade administrativa. Mais concretamente, as recentes mudanças da estrutura organizacional do TRT, notadamente no primeiro grau em razão da criação das CALEX - Centrais de Apoio à Liquidação e à Execução, certamente vão exigir um acompanhamento próximo da administração. O gerenciamento das instalações físicas também faz parte do cotidiano da administração do Tribunal. Projetos de novas instalações, readequações de espaços e todos os procedimentos necessários à construção e manutenção dos imóveis demandam acompanhamento constante e atenção especial. Fundamental destacar que a ação organizacional eficiente e eficaz depende muito de uma base administrativa sólida e bem conduzida. Nesse cenário, em apertada síntese, é muito importante haver um sistema de designação de magistrados substitutos ciente das necessidades de cada região; uma Vice-Presidência que funcione de forma harmônica com Presidência e que esteja presente na atuação institucional. Uma Escola Judicial que compreenda as necessidades de formação e acompanhamento de magistrados e servidores de acordo com as necessidades práticas e teóricas; uma Corregedoria que esteja presente nas unidades judiciárias e que compreenda a realidade local e consiga, por um lado, auxiliar na execução dos trabalhos com orientações e práticas e, por outro lado, cobrar para que a prestação jurisdicional ocorra de forma



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

adequada e de acordo com os recursos existentes e os anseios da sociedade; e, por fim, uma Ouvidoria que receba as demandas da sociedade e saiba dar a elas o encaminhamento adequado. Certamente temos muito do que nos orgulhar e também agradecer. Embora saibamos que os cargos que Vossas Excelências estão assumindo sejam de alta complexidade, estejam certos de que contarão com o apoio de Desembargadores, Juízes de 1º grau, titulares e substitutos, servidores, trabalhadores terceirizados e estagiários, sob a coordenação da Presidência, que os ajudarão a alcançar os objetivos propostos. Será, sem dúvida, um período de muita realização profissional e pessoal. Finalizo parabenizando os empossados por terem disposição e coragem de assumir cargos tão relevantes. Temos certeza de que todos farão o melhor e darão continuidade ao excelente trabalho que o nosso Tribunal tem prestado à sociedade catarinense. Desejo-lhes sucesso em suas novas e importantes funções. Muitíssimo obrigado.” Após, o Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, concedeu a palavra a Exma. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, CLÁUDIA DA SILVA PRUDÊNCIO, que assim se manifestou: “Boa noite a todos e a todas; quero fazer um cumprimento muito especial ao nosso presidente empossado do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Doutor. Amarildo Carlos de Lima; quero cumprimentar o nosso Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um grande amigo da advocacia catarinense, Doutor. Alexandre Luiz Ramos; fazer um cumprimento ao nosso Desembargador, hoje representando o nosso presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Dr. Altamiro, Desembargador Dinart, um outro grande amigo e parceiro da advocacia catarinense; o nosso Procurador-Chefe



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, Dr. Piero Rosa Menegazzi; cumprimentar todos os Senhores e as Senhoras Desembargadores e Desembargadoras; cumprimentar os nossos Juízes e as Juízas do trabalho do Estado de Santa Catarina; fazer um cumprimento a minha advocacia catarinense e aos meus colegas advogados, na pessoa do Dr. Ricardo, nosso querido Ricardinho, Conselheiro Estadual da OAB de Santa Catarina, representando os colegas advogados trabalhistas do nosso Estado; quero cumprimentar as minhas colegas advogadas do Estado de Santa Catarina, na pessoa da minha presidente da jovem advocacia, Dra. Izadora, que aqui hoje nos homenageia e nos prestigia com a sua presença. Se ainda me permitem, cumprimentar a todos os nossos familiares, na pessoa de dois grandes amigos que aqui estão hoje, dois líderes da advocacia do sul de Santa Catarina, irmão do nosso Desembargador Narbal, Dr. Erivelton e a Dra. Patrícia Fileti. Quero cumprimentar aqui a banda dos nossos bombeiros de Santa Catarina, dizer que vocês tornaram a nossa noite bem mais agradável, os meus parabéns! Aos nossos servidores, Senhoras, Senhores, a todos que hoje aqui estão nessa noite mais que especial. A minha fala é uma fala de gratidão, primeiro, de gratidão por representar setenta mil colegas advogados do Estado de Santa Catarina. E de dizer a minha gratidão, minhas homenagens aos nosso Poder Judiciário, tanto Estadual, Federal e do Trabalho no nosso Estado, que é referência no país. Quero dizer aqui do meu orgulho e da minha honra em dizer que sou advogada catarinense, e que posso gritar aos quatro cantos do nosso país, em todas as oportunidades que eu tenho, do orgulho de V. Exas. no nosso Estado. Uma magistratura firme, uma magistratura justa, uma magistratura que nos honra e nos orgulha. E fica aqui o meu



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

respeito, a minha admiração com todos os Senhores e com todas as Senhoras. Quero dizer também que eu sou uma mulher de muita sorte, porque em dois anos de gestão, vários passaram nessa nossa caminhada. Tem alguns que passam e sempre falam e pouco importa, mas tem outros que passam e vem pra ficar. E eu tenho essa sorte de ter no Tribunal de Justiça, o Dr. João Henrique Blasi, que foi grande parceiro da advocacia catarinense. Tive o prazer e o privilégio de ter o Dr. Ricardo do Tribunal Regional Federal. E tive a honra de ter ao meu lado nessa caminhada até hoje, o Dr. Manzi, Desembargador representando todos os Senhores e todas as Senhoras. Não teve um dia, não teve um pedido, um momento em que ele não deu atenção necessária e mais que especial para com os advogados e advogadas do nosso Estado e aos meus colegas da área do direito do trabalho. Ele contou aqui todas as conquistas aos Senhores porque é um time. É uma equipe, que foi liderada pelo nosso Desembargador Manzi. E ele contando de tudo o que foi feito, grande parte a OAB de Santa Catarina esteve presente, e eu me sinto uma mulher realizada em poder ter ajudado e contribuído para que tanto pudessem fazer, e fazer essa entrega para que pudéssemos hoje, estamos dizendo que foi uma gestão de excelência. O Senhor contou de obras, contou de sistema. Eu lembro que quando estive aqui que o Senhor me mostrava com alegria como ficaria esse auditório, esse pleno, mas, na sua fala que eu sei que foi muito cuidadosa, e eu quero aqui reafirmar, que além de um todo, de um trabalho de todos que assim realizaram, o Senhor foi um ser humano incrível. O Senhor se dedicou de corpo e alma ao nosso Tribunal. O Senhor foi muito atento e o Senhor teve o trabalho da escuta e isso não tem preço. Por óbvio que nem sempre consegue contribuir, ajudar nos nossos pedidos, não tem problema, mas o Senhor



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

sentava, o Senhor dialogava e o Senhor explicava. Não lembro que eu tive um não. Confesso ao Senhor que eu não lembro de um não do Senhor. E ele foi, vocês foram, e aqui Desembargador Dinart, com todo carinho, com todo respeito, com toda a admiração que o Senhor sabe, que estou sempre no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dos meus agradecimentos, mas foram os Senhores que foram muito sensíveis de primeiro momento, do nosso momento de enchentes no Estado de Santa Catarina. Que os meus colegas advogados ficaram com água acima de suas cabeças, que nós não tínhamos um plugue de tomada para colocar um computador, um *notebook*, internet, nós não tínhamos nada. Nós não tínhamos condições psicológicas pelo nosso Estado de poder atender o jurisdicionado, fazer uma audiência, uma sustentação oral ou cumprir um prazo. E foi o nosso Tribunal Regional do Trabalho da 12<sup>a</sup> Região que era o primeiro a deferir a suspensão de prazo, era o primeiro a nos permitir ficarmos, pelo menos, menos angustiados com as situações que o nosso Estado infelizmente sofreu e continua sofrendo e o Senhor foi sensível aos nossos pedidos e a nossa causa. Então, fica aqui uma fala de não mais agora de presidente para presidente, mas de uma amiga, de uma parceira, que levará o Senhor e todo o seu time no meu coração e no coração de todos aqueles que estiveram aqui sempre fazendo visitas, os pedidos são muito parecidos com a Quézia, peço, peço e peço e ganhei Quézia, ganhei, e aqui quero deixar o meu agradecimento. Mas, nós temos que falar agora do futuro, Presidente Amarildo. Porque eu continuarei nessa caminhada biana, agora com o Senhor, com a Quézia, com a Mirna, com o Narbal, com o nosso Desembargador Roberto, mas se me permitem, como a primeira mulher eleita no Estado de Santa Catarina, vivenciando e entendendo as agruras e as



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

amarguras de tantas mulheres ou de poucas mulheres em cargo de gestão, o Senhor me permite meu presidente, que já é um grande parceiro da advocacia catarinense, quero falar dessas duas mulheres incríveis, que representam não só as nossas mulheres do Estado de Santa Catarina, mas as mulheres do nosso país, de um Poder Judiciário que ainda precisa ir em busca de mais mulheres que possam sentar aqui e em tantos outros poderes do nosso Estado, tanto estadual quanto federal, em cargo de gestão. Conheço a Quézia, conheço a Dra. Mirna, eu muito jovem, menina aqui, ela nossa juíza, o quanto eu aprendi com V.Exa., o quanto eu aprendi com a Quézia, e essas duas mulheres estarão ao seu lado, trazendo essa sensibilidade de mulheres, de mães, de parceiras, de amigas que ainda precisam todos os dias se reafirmarem de sua competência, de sua seriedade, do seu comprometimento com o trabalho. Então, Dr. Amarildo, quero aqui desejar ao Senhor e a esse time maravilhoso, que nós possamos neste um ano que nos resta, de 2024 como Presidente da minha instituição que sou apaixonada, sou apaixonada pela minha profissão, sou apaixonada pela minha casa, sou apaixonada por aquela logo imensa, OAB SC, que nós possamos juntos, de mãos dadas, firmes, e um trabalho sempre de muito diálogo, continuarmos dando seguimento a esse trabalho que até então foi realizado pelo nosso presidente Dr. José Ernesto Manzi, e tenho certeza que eu terei o apoio incondicional de V.Exa. como o Senhor já tem o meu compromisso de que estarei do seu lado nos momentos bons, mas também nos momentos difíceis, porque sozinho não se vai a lugar algum, não tem como não fazermos um bom trabalho atendendo o jurisdicionado que é a razão de hoje estarmos aqui se não tivermos a parceria, a união e a cumplicidade. O Senhor tem aqui já o meu carinho, o meu



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

respeito e a minha admiração. E adoro usar a palavra amor, porque nós somos movidos a amor, empatia e é esse amor que eu trago de todos os advogados e advogadas para este Tribunal, para todos os nossos juízes de todas as comarcas do meu Estado, que nós possamos juntos continuar OAB, Tribunal Regional do Trabalho e todos os juízes da Vara do Trabalho de todo o nosso Estado podem entregar muito mais do que nós nos comprometemos. Desejo saúde, saúde e saúde, desejo paciência, resiliência, mas principalmente muito amor a esta causa, a causa de atender o nosso jurisdicionado. O meu muito obrigada sempre por me receberem sempre com tanto carinho. Já estava com saudade. Cada abraço apertado dos Senhores e das Senhoras me fazem muita diferença nessa caminhada. O meu muito obrigada.” Após, o Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, concedeu a palavra ao Exmo. Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, Dr. PIERO ROSA MENEGAZZI, que assim se manifestou: "Muito boa noite a todas aquelas pessoas aqui presentes, que nos acompanham pelos canais institucionais, meus especiais cumprimentos ao Presidente do TRT 12, Desembargador Amarildo, na pessoa de quem peço vênias para cumprimentar todos e todas magistrados e magistradas aqui presentes que estão conosco, também meus cumprimentos ao Ministro Alexandre Ramos, Desembargador Dinart Machado, Dra. Cláudia Prudência, na pessoa de quem também estendo meus cumprimentos a todos os advogados e advogadas que estão conosco e também o meu cumprimento muito carinhoso aos integrantes do Ministério Público do Trabalho aqui presentes, na pessoa de quem também cumprimento todas as autoridades que estão nesse evento, meus cumprimentos aos servidores e servidoras desta casa e dos demais órgãos públicos que nos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

acompanham, igualmente os meus cumprimentos aos trabalhadores terceirizados que constroem as instituições brasileiras, também aquelas pessoas que hoje trabalham aqui dando acessibilidade ao nosso evento, com a tradução para a língua brasileira de sinais, familiares e todos que estão conosco. É uma grande satisfação estar presente em um ato como esse que conjuga sentimentos de alegria e reconhecimento em relação às realizações e conquistas da gestão que se encerra, e ao mesmo tempo desperta em nós as nossas mais sinceras aspirações de sucesso pela gestão que se inicia. Quanto à gestão que hoje se despede, eu ratifico os cumprimentos do Ministério Público do Trabalho pelo brilhante trabalho exercido, uma administração que foi pródiga em realizações, instalações de novas unidade, melhoria das condições de trabalho e uma série de outras belíssimas iniciativas que melhoram a qualidade do trabalho e o atendimento ao jurisdicionado e tem possibilitado que essa Corte continue tendo o reconhecimento pela sua eficiência e presteza na sua entrega da tutela jurisdicional como dão conta os diversos prêmios que esse Tribunal tem recebido ao longo de sua história e o que certamente é fruto não apenas de uma administração, mas de todos e todas que constroem o cotidiano da Justiça do Trabalho em Santa Catarina. Costumo dizer que V. Exa., Desembargador Manzi, também sempre foi muito aberto ao diálogo institucional e a parcerias em prol da efetivação do interesse público, fica aqui o nosso reconhecimento, também Desembargador Wanderley Godoy fez um brilhante período na Vice-Presidência e na direção da Escola Judicial, com belíssimas iniciativas e uma grande capacidade de articulação, também aqui congratulo o Desembargador Nivaldo, que esteve a frente sempre com muita serenidade na desafiadora, porém imprescindível tarefa



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

da Corregedoria na vivência republicana da administração da justiça. Repito como já disse em outra oportunidade que V. Exas. buscaram assumir o protagonismo de seu tempo e com isso, experimentaram os desafios, críticas e alegrias daqueles que não se omitem, daqueles que agem. Então, fica aqui o nosso reconhecimento, certamente honraram as melhores tradições administrativas da Justiça do Trabalho. Quanto à gestão que se inicia, também em nome do Ministério Público do Trabalho deixo os nossos mais sinceros votos de êxito e plenas realizações ao Desembargador Amarildo, Presidente, Desembargadora Quézia, Vice-Presidente e Diretora da Escola Judicial, Desembargador Narbal, Corregedor, Desembargadora Mirna, Ouvidora, Desembargador Roberto Basilone, Ouvidor-Substituto. A experiência e o currículo de V. Exas fala por si, o que certamente justifica em nós as melhores aspirações em relação à gestão que se inicia, certamente marcada pela capacidade de trabalho, a sensibilidade e a competência no enfrentamento das demandas que lhe chegam como V. Exas. tem demonstrado. É claro que essas qualidades e muitas outras serão muito necessárias nesse tempo que se inicia, em virtude dos grandes desafios para aqueles que resolvem dar essa contribuição tão diferenciada às instituições nesses cargos de gestão pública, desafios que vão desde questões administrativas e orçamentárias, em um contexto que justificadamente exige cada vez mais a excelência dos administradores públicos e questões que perpassam os muros internos do Poder Judiciário e passam pela defesa da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho frente a ataques que porventura venham sofrer em maneira injustificada. Também ressalto que o grande desafio de nosso tempo, uma grande tarefa premente e interminável é a busca da efetivação do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

direito que vai além, como nós sabemos, da declaração jurisdicional, que é importante, mas é um momento do processo, nós buscamos sua concretização, portanto lembrando aqui um grande jurista italiano Norberto Bobbio, o desafio de nossa época, não é apenas enumerar ou justificar direitos, mas sim garanti-los, em uma palavra, efetivá-los. Mas se grande são os desafios que V. Exas. enfrentarão, certamente muito maior são as qualidades da magistratura e do corpo de servidores e servidoras da Justiça do Trabalho da 12<sup>a</sup> Região. Por certo, V. Exas. estarão muito bem acompanhadas nessa caminhada, uma Justiça do Trabalho forte é um poderoso instrumento de afirmação da dignidade de milhões de brasileiros e brasileiras e que tem, no acesso ao trabalho digno, a porta de entrada aos domínios da cidadania. Por parte do Ministério Público do Trabalho, certamente terão um grande parceiro na busca pela efetivação dos direitos fundamentais nas relações de trabalho. Então finalizo minha fala, deixando aqui nossos mais sinceros votos de uma grande e exitosa gestão a V. Exas. para o que podem certamente contar com a colaboração do *Parquet*, muito obrigado.” Dando continuidade à Sessão Solene, o Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, fez o seu pronunciamento, conforme segue: “Senhoras e Senhores, depois de tão belos discursos e depois do vozeirão do Doutor Nivaldo, eu fico um tanto o quanto acanhado em falar alguma coisa, mas, obviamente, que quando aceitamos o desafio, significa inclusive o desafio de fazer discursos, que nós sabemos que não é uma tarefa das mais fáceis, por assim dizer. Mas então vamos lá. Exmo. Ministro Alexandre Luiz Ramos, neste ato representando o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, meu ex-colega de magistério por muito tempo; Exmo. Desembargador Dinart



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Francisco Machado, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nosso também amigo, Altamiro Pinha; Exmo. Desembargador do Trabalho deste Tribunal Nivaldo Stankiewicz, na pessoa de quem cumprimento todos os magistrados deste Tribunal; Exmo. Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, Doutor Piero Rosa Menegazzi; Exma. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, Doutora Cláudia da Silva Prudêncio; Exma. Doutora Ione Ramos, na qual saúdo todos os nossos Juízes e Desembargadores aposentados aqui presentes; Exmo. Juiz Elton Salles, Presidente da AMATRA, na qual eu saúdo aos Juízes e toda a nossa Associação; Exmo. Juiz César Nadal Souza, que nós conseguimos trazer de Joinville, em quem eu saúdo todos os Juízes Titulares Trabalhistas hoje aqui presente; na pessoa da Juíza substituta Andreia Pasold, irmã do nosso Desembargador Cesar, saúdo todos os Juízes Substitutos; saúdo todos os servidores da casa na pessoa do meu fiel escudeiro, Alcino, que ali está timidamente e que depois vai me dar uma bronca porque eu citei o nome dele e eu já sei. Prezados amigos, familiares, Senhoras e Senhores, desde logo vou pedir licença a todos para uma rápida contextualização do que esse momento representa na minha vida profissional, na minha vida como magistrado e, por reflexo, pode também significar na vida de muitas pessoas do meu convívio. Na verdade, peço licença para uma reflexão que imagino essa oportunidade convida. Uma reflexão do ainda imaturo calouro ao sempre aprendiz Desembargador hoje empossado. Se há 43 anos, quando ingressando no curso de graduação em Direito na UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, alguém afirmasse que um dia eu chegaria a ser Presidente de um Tribunal, certamente eu seria



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

o primeiro a atribuir-lhe um estado de devaneio. Afinal, como a ponta de uma pirâmide, apesar de todas competências e habilidades, nem todos terão a oportunidade de lograr êxito nessa caminhada. Digo isso para afirmar que a visão do improvável, muitas vezes nos faz ficar pelo caminho, nos apequena, nos limita. E porquê faço essa reflexão que pode parecer por demais pretenciosa? Assim faço, no afã de que a esperança nunca se afaste dos nossos corações, apesar de todas as adversidades, que nós sabemos que muitas vezes não são poucas. Iniciada a vida acadêmica pelo mundo do direito no início da década de 80, com incursões pelas ciências contábeis, no ano de 1985 chega-se ao término de um ciclo, a tão almejada graduação. E agora? E agora a vida segue e muitas decisões precisam ser tomadas. Algumas posteriormente reconhecidas acertadas, outras nem tanto. Mas decidir é preciso e fazemos isso todos os dias, literalmente, conscientemente ou por mero impulso. Deixa-se uma estação tendo sempre em vista um novo porto-seguro. Na verdade, quase sempre não tão seguro, mas a dúvida é o preço do aprendizado e não fossem as dúvidas e a busca pelo desconhecido ainda estaríamos habitando cavernas. O desafio está logo ali sempre à nossa frente e resta-nos buscar a sabedoria para melhor enfrentá-los. Tudo é uma escolha, ainda que muitas vezes possa parecer não haver escolha: a vida, a escola, a família, os amigos, o trabalho, o animal de estimação, ir ou ficar, fazer ou não aquela viagem tão esperada, enfim ser alegre ou triste, como diria o poeta. Tudo é uma escolha, ainda que não tão consciente e que possa até mesmo nem depender apenas do nosso querer. Mas aí vem o descortinamento da advocacia, a oratória, tão bem feita hoje aqui pela nossa representante da OAB, a palavra escrita, a palavra falada, a palavra não dita e que, paradoxalmente, é a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

que fala mais alto. É preciso escutar também o silêncio, pois ele tem muito a falar e é nas entrelinhas que se escondem os maiores embaraços e suas respostas. No complexo do caminho seguem sempre novos desafios, realidades, a mudança para o então desconhecido serviço público. Aquilo inicialmente quase incompreensível passa a ser rotina. Certamente “mudamos eu e o rio”, diria Heráclito. Mais um ciclo fica para trás e é hora de novas definições, nem sempre tão claras, pois na medida do momento vivenciado não se alcança a visão do todo. Resta-nos trabalhar para que os desígnios nos levem pelo melhor caminho, mas cientes de que para isso acontecer não podemos simplesmente esperar, é preciso se preparar e buscar o melhor momento para agir. A paciência e a prudência são virtudes, mas não podem ser paralisantes. Ultrapassada mais uma fase, deixa-se um pouco de você e leva-se consigo muito da experiência vivida, lugares, pessoas, fatos, aquilo que nunca voltará, mas também nunca deixará de existir enquanto o coração pulsar. Enfim, ultrapassadas as necessárias fases do amadurecimento, é chegada a hora de compor a administração do nosso prestigiado Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. E sabe-se que tanto mais alto o grau na pirâmide, maior a responsabilidade e a necessidade de corresponder àqueles que nos confiaram tão grande honraria. Assim, começo agradecendo aos meus pares que me galgaram à condição de Presidente desta Corte, com o compromisso de que trabalharemos de forma incessante para não decepcioná-los. A melhora da prestação jurisdicional há de ser sempre o nosso norte. Aos colegas de administração que aceitaram o desafio de enfrentar um mundo bastante diverso da rotina jurisdicional vivenciada nas últimas décadas. E aqui o especial agradecimento à Desembargadora Quézia



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

de Araújo Duarte Nieves Gonzalez, colega com quem até aqui compunha a 3ª Turma Recursal e que juntamente com a Vice-Presidência comandará a nossa Escola Judicial, EJUD-12, pessoa de ótimo trato, de aguçada sensibilidade e extremamente colaborativa. A Escola Judicial é uma conquista relativamente recente e absolutamente necessária para o nosso aprimoramento, a qual continuará em ótimas mãos. Na mesma linha tenho que registrar a parceria do nosso Corregedor hoje empossado, Desembargador Narbal Antônio de Mendonça Fileti, o qual ainda recente na Corte igualmente aceitou o desafio de zelar pelos desígnios na nossa Jurisdição de Primeiro Grau. Igualmente pessoa de ótimo trato, da mais alta seriedade, íntegro, equilibrado e de sensibilidade aguçada às causas sociais do Direito do Trabalho e sua realidade contemporânea. Foi ainda ontem que chegando na Cidade de Tubarão conheci um servidor desde logo destacado pela sua inteligência, competência e capacidade, hoje o nosso corregedor empossado. Se a administração da corte traz consigo responsabilidades, muito mais para dois ex-servidores que perfilharam os escaninhos das então Juntas de Conciliação e Julgamento. Posso dizer que fui agraciado em compartilhar a administração regional com colegas do mais alto estofado. Registro aqui também a minha gratidão a Desembargadora Mirna Uliano Bertoldi e ao Desembargador Roberto Basilone Leite, que aceitaram o encargo de responder pela Ouvidoria desta Casa, função que dia a dia cresce em importância nas instituições públicas e privadas. A Desembargadora Mirna Uliano Bertoldi com a especial missão de ocupar, pela primeira vez nesta Casa, a Ouvidoria da Mulher, instituída faz apenas uma semana. Obrigada e muita sorte, meus caros. Conduzir os destinos de uma instituição pública de tamanha relevância é um desafio



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

que, num primeiro momento, assusta. Mas se nossos pares nos confiaram tão honrada missão certamente é porque imagina-se que temos as habilidades necessárias para melhorá-la ainda mais. E, de fato, temos um Tribunal que serve de inspiração. E se assim é, não podemos nos esquecer daqueles que nos antecederam. Cada administração com suas características, mais aguerridas, mais retraídas, mas todas bem-sucedidas. E merecidamente no último dia 24 de novembro mencionados administradores receberam, por ocasião da inauguração deste Plenário, uma justa homenagem pelos valorosos serviços prestados, um merecido resgate àqueles que deram muito de si para que hoje pudéssemos estar aqui e sem titubear dizer da excelente reputação da nossa instituição. Afinal, as pessoas passam, daqui a dois já seremos parte da memória, mas a instituição e a sua memória permanecem. E assim permanecerá a marca indelével da excelente administração realizada pelos Desembargadores Manzi, Godoy e Nivaldo, que ora temos a honra de suceder. Renovo aqui meus agradecimentos àqueles que nos antecederam, por emprestarem seus ombros para a partir deles dar continuidade pela luta do bem servir. E se depois de mais de 4 décadas somos uma instituição reconhecida é também porque tivemos a felicidade de nos cercarmos de pessoas hábeis e competentes. Nossos servidores a quem rendo minhas homenagens são da mais alta estirpe e selecionados em duríssimos certames que determinam a escolha daqueles de fato muito qualificados. Não por acaso no concurso público de seleção em andamento nesta casa, tivemos em disputa mais de 30.000 candidatos. Mas, sobretudo, releva-se a seriedade, o comprometimento na prestação de um serviço público eficiente e que nos orgulhe! Na mesma toada, administrar um Tribunal voltado ao mundo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

do trabalho, contemporaneamente, diante de um universo sempre em constante, mas agora também em acelerada transformação, com a democratização cada vez mais avançada do conhecimento, mas igualmente da desinformação acentuada, com espíritos nem sempre desarmados, é um desafio que passa a exigir muito mais cautela, ações certeiras e a prudência que não pode ser confundida com fragilidade. E se a prestação jurisdicional precisa se manter distante de manifestações odiosas, a sua face administrativa não deve ser contaminada pela propagação de ondas revanchistas e desconexas da realidade. A flecha lançada não tem retorno e sabe-se ser impossível juntar todas as penas espalhadas pelo vento. Com efeito, haveremos sempre de buscar a compreensão do todo, embora cientes das nossas limitações humanas, evitando-se a armadilha das soluções fáceis e imediatistas, quase sempre enganosas. Avançar é preciso, mas com o respeito às pessoas, ao mundo consolidado, ao direito adquirido, à dignidade das partes envolvidas, fugindo dos preconceitos que tanto nos encantam, infelizmente. A vida é uma só, é frágil, e somos nós que daremos as cores à sua aquarela. Assim, administrar um Tribunal do Trabalho, uma empresa, um lar ou uma vida é um ato complexo e que em muitas ocasiões não depende exclusivamente das pessoas diretamente envolvidas, mas de uma variedade de circunstâncias que podem favorecer ou não ao administrador, que o diga a Pandemia, que nos atropelou, não é Desembargadora Leira? Indicadores, pesquisas, números estatísticos, metas, podem nos ajudar se bem trabalhados, mas ao termo cabe a nós, pessoas, as escolhas que nos farão melhores ou piores no amanhã. Por isso a necessária compreensão de que é preciso conversar, dialogar, ouvir,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

compreender para poder agir, e mesmo assim sem a certeza do melhor caminho. Entretanto, se assim não o fizermos, agora poderemos ter a certeza de que a escolha já terá sido feita por vias tortuosas. E diante da complexidade do mundo moderno, resta-nos a busca pela melhor escolha, sem perder da vista a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a transparência e a eficiência. E como administrar, notadamente administrar a coisa pública, não é um ato apenas da esfera individual, é que se sempre estaremos abertos a ouvir e também a manter as melhores relações com entes diversos, associações civis e de classe, poder público de todas as esferas, de modo a prevalecer o bem comum e o senso de coletividade. Afinal, esses entes, públicos ou privados, só fazem sentido na medida da busca pelo bem coletivo e isso passa pelo conhecimento e reconhecimento das nossas instituições, observada a devida ética dentro da correspondente política institucional. E pra não me alongar ainda mais repriso que se alcançamos algum sucesso na vida, certamente isso decorre da cooperação de muitas pessoas. Como costume afirmar, ninguém nasce Juiz, Professor, Desembargador, Ministro ou Presidente da República. É uma condição que traçamos ao longo da nossa caminhada e para a qual contamos com o apoio de muitas pessoas, assim sabedoras ou não, ora presentes ou não! Com efeito, retomando a linha dos reconhecimentos, cabe aqui um primeiro agradecimento ao Criador Universal, a quem atribuo a nossa existência; aos meus familiares: aos meus pais, hoje ausentes, meus irmãos, um que está lá no fundo e, inclusive, era um partícipe das realizações ditas pelo Nivaldo; cunhados, primos e sobrinhos. A família numerosa nos traz o sentido da coletividade e da disciplina. A família é a primeira escola! Aos meus professores: com eles aprendi que a escola é o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

complemento da família; eles foram fundamentais; com eles passamos a ser pessoas melhores; sem família e sem escola a construção da cidadania será sempre apenas um projeto mal-sucedido. Aos amigos: com eles aprendi o sentido de comunidade e que não é possível uma vida razoável sem amigos; e que amigo por vezes se sente na obrigação de descortinar aquilo que não se quer ver; e que bom tê-los hoje aqui. Muito obrigado! Aos colegas de trabalho: dividindo as dificuldades e alegrias de um mesmo universo profissional, aprendi que a carga dividida se torna mais leve e a alegria dividida é multiplicada. É deles que surge aquela palavra e apoio, o ombro amigo nas encruzilhadas profissionais, Desembargadora Mari. Dos primeiros colegas do chão de fábrica até aos mais eruditos, dentre uma ironia ou outra sempre colhemos um vasto aprendizado. Renovo os agradecimentos aos colegas Desembargadores e Membros da Corte Regional, que nos confiaram a missão de conduzir os destinos da nossa instituição pelo próximo biênio. Repito, trabalharemos intensamente para bem representar a nossa instituição! Agradeço também aos servidores desta casa e terceirizados que nos apoiam e permitem a concretização dos nossos propósitos; agradeço também ao meu Juiz Auxiliar, que eu não estou vendo aqui, mas certamente está em algum lugar, Dr. Paulo Jacon, que de pronto aceitou a incumbência. Finalmente, volto a agradecer aos meus familiares mais próximos, agora na pessoa da minha Esposa e sempre companheira Roseli Nusda de Lima, são 36 anos de muito amor, e de obediência “sem perder o Juízo”; aos filhos Milaine Nusda de Lima, agora Ribeiro do Valle, e Edsel Nusda de Lima. Aos meus filhos por acréscimo, Erik Henel Ribeiro do Valle e Juliana Siementcoski. Obrigado a todos por vocês existirem e fazerem parte da minha vida. Por fim, eu eu



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

precisava deixar por último esse agradecimento, um especial agradecimento ao nosso Otinho, Otto Ribeiro do Valle, porque o tempo não para e a vida continua, alegria que recebemos faz um ano, e Tom Hanks que me perdoe mas aqui é 'Otto, o melhor netinho do mundo!'. Assim, de volta ao começo, deixo registrado a todos e a nós mesmos que, mais do que nunca é preciso acreditar, perseverar, se preparar, renovar esperanças e saber distinguir o impossível do improvável para que continuemos no propósito de uma vida que possa deixar um legado do qual nossas futuras gerações possam se orgulhar e, sobretudo, o mundo um pouco melhor! Que Deus nos ilumine nessa nova etapa que se inicia hoje. Obrigado e obrigado pela paciência de todos!” Na sequência, a banda do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, regida pelo Maestro 1º Sargento Marcelo Menezes, executou a música “*Can't take my eyes off you*”, composição de Frankie Valli, adaptação de Almir José. Prosseguindo, o Secretário-Geral Judiciário, de ordem do Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, registrou e agradeceu a presença das Excelentíssimas autoridades que compõem a mesa de honra, e das a seguir nominadas, que honraram com suas presenças nesta solenidade: Senhor Juiz Federal, Doutor Villan Bolman, neste ato representando o Diretor do Foro da Seção Judiciária Federal de Santa Catarina; Senhor Vice-Procurador Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina, Doutor Eduardo de Oliveira Rodrigues; Senhora Superintendente Regional Substituta do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, Doutora Gabriela Garcia Iuskow; Senhor Corregedor, Doutor Renato Sayão Dias, neste ato representando a Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina; Senhor Diretor de Saúde e Promoção da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel PM



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Julival Queiroz de Santana, neste ato representando o Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; Senhora Juíza do Trabalho Substituta da 12ª Região e membro da Comissão Legislativa da ANAMATRA, Doutora Andrea Maria Limongi Pasold, neste ato representando a Presidente da ANAMATRA; Senhor Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região – AMATRA 12, Doutor Elton Antônio de Salles Filho; Senhoras Desembargadoras e Senhores Desembargadores do Trabalho da 12ª Região aposentados: Doutora Ione Ramos, Doutor Dilnei Ângelo Biléssimo, Doutora Ligia Maria Teixeira Gouvêa, Doutora Gisele Pereira Alexandrino, Doutor Gilmar Cavalieri, Doutor Edson Mendes de Oliveira; Senhor Comandante da Base Aérea de Florianópolis, Tenente-Coronel Aviador Jaques da Silva Valle; Senhor Juiz Gestor de Estratégia e Metas do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, Doutor Roberto Masami Nakajo; Senhoras Juízas e Senhores Juízes do Trabalho do TRT da 12ª Região; Senhoras e Senhores membros do Ministério Público; Senhoras e Senhores Juízes do Trabalho aposentados: Doutor Nelson Hamilton Leiria, Doutor Irno Ilmar Resener, Doutora Rosana Basilone Leite, Doutor Sebastião Tavares Pereira, Doutora Ilma Vinha; Senhora Procuradora do Estado de Santa Catarina, Doutora Queila de Araújo Duarte Vahl; Senhor Conselheiro Estadual da OAB/SC e Coordenador de Relacionamento da OAB/SC com o TRT 12ª Região, Doutor Ricardo Corrêa Junior; Senhora Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Catarinense dos Advogados Trabalhistas – IASC, Doutora Alexandra Candemil; Senhora Presidente da Associação Catarinense dos Advogados Trabalhistas – ACAT, Doutora Mara Mello; Senhor Vice-Presidente da ACAT e Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB, Seccional de Santa



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO

Catarina, Doutor Felipe Hack de Barros Falcão; Senhor Procurador do Município de Florianópolis, Doutor Sylvio Pélico Porto Neto, neste ato representando o Procurador-Geral; Senhoras e Senhores representantes de entidade de classe; demais autoridades presentes, Senhoras e Senhores. Em seguida, o Secretário-Geral Judiciário, de ordem do Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, convidou os presentes para o ouvir o Hino de Santa Catarina; e, após, registrou o agradecimento à Banda do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que esteve sob a regência do Maestro 1º Sargento Marcelo Menezes e que abrilhantou a Sessão Solene. Finalizando, o Exmo. Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima, Presidente, declarou encerrada a Sessão Solene. E, para constar, eu, Yasmine de Amorim Fernandes, Analista Judiciário, digitei a presente ata que vai subscrita por Roberto Carlos de Almeida, Secretário-Geral Judiciário, e assinada pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho-Presidente. Florianópolis, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

AMARILDO CARLOS DE LIMA  
Desembargador do Trabalho-Presidente